

---

## **Território em disputa: corpo e comunicação a partir da experiência com a pombagira<sup>1</sup>**

Maurílio Mendonça de Avellar GOMES<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

### **Resumo:**

Este artigo traz um recorte da dissertação de mestrado, partindo de entrevistas feitas com oito homens umbandistas e com relatos que trazem suas experiências de incorporação ou de não-incorporação com a entidade pombagira. Junto a esse resgate de memórias são abordadas questões de gênero e sexualidade, em diálogo com os pensamentos de Oyèwùmí (2021), Lauretis (2019) e Nascimento (2021); dentro de uma análise que ainda inclui os conceitos de corpo, performance e território.

**Palavras-chave:** comunicação, corpo, gênero, pombagira, território.

### **ABRE-CAMINHO**

Você faz alguma ideia do que é dividir a consciência e entregar o comando do corpo o que não vê? Ainda lembro da primeira experiência na Umbanda: numa segunda-feira de janeiro de 2008, num terreiro na Prainha, bairro de Vila Velha, no Espírito Santo. Em um determinado momento meu corpo foi ficando cada vez mais encurvado, a coluna descia em direção ao chão, com as pernas ainda retas. Precisei dobrá-las para me equilibrar, mas não sei se fui eu quem as dobrou. Minha mente parecia confusa, como se pensamentos que não seriam meus tentassem dialogar com os que eram meus. Além de uma sensação nítida de descontrole corporal: eu me esforçava para levantar a coluna, mas o corpo não respondia. O desejo era de que aquelas sensações acabassem, até que outra pessoa se aproximou e, após falar algo no meu ouvido, tudo foi resolvido. Não me lembro quem era nem o que disse, e hoje entendo que aquelas palavras não eram para mim.

Hoje, por sinal, entendo bem mais o que aconteceu naquele dia. Após ouvir relatos de oito umbandistas<sup>3</sup>, que frequentam seis diferentes terreiros do Espírito Santo<sup>4</sup>, entendi que naquela noite tive a primeira experiência de incorporação com um preto-velho<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Interseccionalidades, do XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Email: [maulgom@gmail.com](mailto:maulgom@gmail.com).

<sup>3</sup> As entrevistas abertas, semiestruturadas, foram realizadas para a dissertação de mestrado “Arreda Homem que aí vem Mulher: Corpo em encruzilhada de gêneros nas performances ancestrais das pombagiras”, aprovada em agosto de 2022, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Disponível em: <<https://comunicacaosocial.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/POSCOM/detalhes-da-tese?id=16567>>.

<sup>4</sup> Os terreiros dos participantes desta pesquisa ficam nos municípios de Vitória, Vila Velha, Guarapari e São Mateus.

<sup>5</sup> Os pretos-velhos são alguns dos espíritos que se manifestam durante as giras nos corpos dos umbandistas. Além deles há caboclos, crianças (chamadas de erês), exus, pombagiras, marinheiros, boiadeiros, baianos, ciganos e outros.

Porém, foi apenas sete anos depois, em fevereiro de 2015, que retornei a uma Casa de Umbanda. Foi, inclusive, a partir dessas experiências cronologicamente mais recentes que vieram os questionamentos, por exemplo, sobre o que vem a ser um corpo umbandista ou sobre como funciona essa aproximação dos espíritos com esse corpo. A sensação inicial sempre foi de um corpo que está disposto a experimentar essa relação com as entidades<sup>6</sup> de Umbanda. São elas quem promovem essa experiência ao corpo umbandista. E o corpo umbandista, dessa forma, é o corpo daquele que está disposto a participar desse processo.

Somente depois de aceitar ser um corpo umbandista que consegui abrir o corpo para o cruzo<sup>7</sup>. Não há incorporação na Umbanda sem um corpo. É por ele que a entidade se comunica, dentro de “(...) uma cultura em que o transe, também denominado ‘incorporação’ e presente em certas práticas rituais religiosas, transforma o corpo num meio para a manifestação divina” (AMARAL; DRAVET, 2019, p.138). O que está invisível passa a ser visível graças a esse corpo. Ele é o centro de tudo e, para tal, é preciso um pouco de descontrole para que a entidade assuma os movimentos e os gestos.

Hoje, a percepção sobre a primeira experiência de incorporação era de que eu atrapalhava a entidade. Era a consciência sobre o próprio corpo que impedia que o preto-velho assumisse todos os comandos. Foi necessário construir uma relação de confiança com as entidades para que houvesse segurança em entregar o corpo ao cruzo. Sendo necessário aprender conscientemente como ocorria a incorporação. Afinal, se “a consciência é corpórea” (SODRÉ, 2014, p. 11), podemos dizer que, para o corpo umbandista, a “inconsciência”<sup>8</sup> também é. Pelo menos é o que afirmam esses entrevistados, quando trazem em seus relatos as dificuldades que tiveram com a incorporação e para aceitar a aproximação das entidades, até compreenderem que essa relação é estabelecida em diálogo, no próprio corpo.

São relações em um corpo que é territorializado só de estar no terreiro; e desterritorializado ao concluir o que foi fazer ali. Corpo que também é territorializado e

---

<sup>6</sup> A palavra entidade, em sua compreensão religiosa, já faz parte dos significados de alguns dicionários. Mas, curiosamente, entidade pode ser, segundo o Dicionário Michaelis, “aquilo que constitui a essência de um ser ou de uma coisa” e, também, “tudo aquilo que existe ou supomos existir”, além de um “indivíduo de grande importância”. Enfim, entidades são muito mais que espíritos.

<sup>7</sup> O cruzo é o momento do encontro da entidade com o corpo, a incorporação. Um cruzo de sensações, pensamentos, intenções e aprendizados, com o corpo sendo o espaço desse diálogo. Reflexão desenvolvida a partir do conceito apresentado por Luiz Rufino, na obra *Pedagogia das Encruzilhadas* (2019).

<sup>8</sup> A palavra inconsciência está entre aspas porque nenhum dos entrevistados disse ficar 100% inconsciente durante a incorporação; apesar de reconhecerem que quanto menor for a interferência deles no processo, maior será a manifestação da entidade. Os dizeres “menor” e “maior” não se referem a tamanho nem a importância, mas sim à força dessa conexão, onde a entidade tem um controle maior do corpo umbandista, inclusive da consciência.

---

reterritorializado a cada nova incorporação, sendo desterritorializado toda vez que alguma entidade encerra sua comunicação. Para cada invisível que se apresenta, novas territorializações, reterritorializações e desterritorializações vão acontecer, assim como novas formas de se comunicar passarão a ser estabelecidas a partir desse corpo.

## **TERRITÓRIO EM DISPUTA**

Na Umbanda, para que a comunicação do invisível aconteça é preciso que tenha alguém disposto a sentir, porque só depois de sentir essa comunicação que ela poderá ser compartilhada, deixando o invisível agora visível. Só que em cada terreiro haverá permissões ou impedimentos para que os corpos experimentem todas as possibilidades. Haverá aqueles em que não há restrição, assim como haverá aqueles em que algumas incorporações serão proibidas ou, se aceitas, deverão atender às regras daquele espaço. E além das próprias determinações do terreiro, ainda há as experiências de cada corpo umbandista, que fazem parte da constituição e da formação desse corpo e que também podem ou não interferir nas relações que passará a construir com as entidades. São multiterritorialidades presentes em um mesmo espaço e que contribuem ou interferem nas territorialidades vivenciadas a partir das incorporações.

E se há regras dentro dos terreiros de Umbanda que podem indicar o que pode ou não fazer naquele espaço, há regras maiores, em nossa sociedade, que estabelecem como um corpo deve se comportar, se relacionar e até viver neste mundo. Por trás do corpo inventado pela e para a sociedade – o que carregamos – encontra-se uma série de relações possíveis, todas pré-estabelecidas e pré-concebidas. Ao se deparar com o corpo incorporado – o que se manifesta no corpo que carregamos – a impressão é de que essas construções corpóreas são infinitas, permitindo ao corpo ser movimento e transformação.

Para tal, cabe a esse umbandista permitir ou não essa experiência para que ocorra a comunicação da entidade, o que se torna mais desafiador – como apontam os entrevistados – quando a entidade em questão é a pombagira. Afinal, a presença dela ao ser comunicada por um corpo masculino quebra a percepção visual que a sociedade tem sobre a imagem estética e identitária de como deveria aparentar ser o corpo de um homem, e sobre os movimentos, os gestos, as feições e as posturas que este deveria reproduzir.

Essa experiência de corpos masculinos incorporando ou não as pombagiras, identificadas pelos entrevistados como entidades que se apresentam como femininas, faz questionar de que forma essa presença compartilhada de masculino e feminino em mesmo

---

espaço e tempo – o corpo umbandista – contribui no entendimento do que é ser masculino e feminino para os participantes da pesquisa; ao mesmo instante que se tenta compreender se essa percepção de masculino e feminino interfere ou prejudica, de alguma forma, a relação deles com a pombagira. Enfim: quais seriam essas interferências que podem impedir a presença do feminino da pombagira no corpo masculino do umbandista?

Dentro do quadro de participantes da pesquisa, dois entrevistados relataram que ainda não tiveram experiências de incorporação com a pombagira, enquanto outros dois a vivenciaram em períodos curtos, havendo um desconforto ou algum impedimento externo que limita a experiência. Os demais – quatro entrevistados – confirmaram manter essa relação de proximidade corporal, trazendo informações que apontam o que seria esse feminino que é comunicado durante a incorporação por meio do corpo umbandista. E essas percepções são apontadas a partir dos sentimentos e das sensações que são apresentadas e/ou evocadas pela comunicação da entidade com o corpo dos entrevistados, mesmo nos que ainda não manifestaram a incorporação ou a evitam.

As construções desses diálogos sensíveis e sensoriais passam por etapas parecidas como as das demais entidades, desde a percepção da chegada dessa energia que se apresenta e passa a buscar os fios conectores da comunicação, até a ocupação desse corpo por meio da incorporação, com a compreensão de outra consciência assumindo movimentos e gestos para, assim, realizar a performance ancestral diante do território-terreiro. O tato e a visão, assim como a audição, fazem parte da construção dessa comunicação dialógica e permitem uma melhor compreensão da relação que passa a ser estabelecida entre corpo umbandista e entidade ancestral. E é exatamente por sentirem todo o processo comunicacional, construído a partir do próprio corpo, que esses entrevistados conseguem identificar se, quando e como a pombagira irá se manifestar.

Como não há imagens<sup>9</sup> dos entrevistados incorporados, assim como também não houve a oportunidade de acompanhar presencialmente essas performances ancestrais, a análise partirá dos relatos desses homens, daquilo que conseguem se lembrar dessas experiências e do que é armazenado em suas memórias, buscando identificar o conjunto de elementos que explicam o que seria o feminino que os entrevistados alegam ser manifestado pela pombagira. Mas para chegar até a análise desses corpos e, assim,

---

<sup>9</sup> Esta pesquisa foi desenvolvida durante o período de isolamento e distanciamento social, marcado mundialmente e historicamente pela pandemia da Covid-19. Por um longo período de tempo, muitas Casas Umbandistas estiveram de portas fechadas, e quando retomaram as atividades esses espaços limitaram a presença de visitantes e até de participantes do próprio território-terreiro.

---

identificar as mensagens transmitidas pelo corpo umbandista em performance ancestral, faz-se necessário, primeiro, buscar compreender como os entrevistados entendem o que seria feminino e masculino, a partir do que eles consideram ser uma entidade feminina.

### **DE QUE FEMININO ELES ESTÃO FALANDO?**

Reforço, aqui, que as percepções de feminino e masculino, assim como de mulher e homem, que serão apresentadas nas próximas linhas, são de trechos das entrevistas realizadas com os oito participantes da pesquisa. A partir do que eles conseguiram elaborar, será possível identificar de que feminino os entrevistados estão falando. E “compreendendo que não somos naturalmente generificados, mas que há um processo de produção de nós, de nossos gêneros, de nossos corpos” (NASCIMENTO, 2021, p. 19) que impactam diretamente na percepção dos gêneros.

A socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2021, p. 71) argumenta que “o gênero é um discurso dicotômico sobre duas categorias sociais binariamente opostas e hierárquicas – homens e mulheres”. Pois bem, durante esta pesquisa, ao solicitar que os entrevistados apontem o que seria o feminino, percebe-se a dificuldade inicial deles em conseguir expressar suas opiniões e percepções sem usar da comparação. São as características do corpo, assim como o que se usa para aderecá-lo, que reforçam o entendimento desse feminino em contraposição ao masculino. Pode ser a “comparação da voz, a postura, a forma de se vestir” (Entrevistado 03); assim como o hábito estético “de cuidar do cabelo, de cuidar dos olhos, de cuidar do corpo” (Entrevistado 04); ou, ainda, de ser algo mais íntimo, que acentua para o fato de que “o cuidado feminino com o próprio corpo é diferente” (Entrevistado 05). Em resumo: “O que eu conheço é o homem masculino e a mulher feminina, que seria a delicadeza dela” (Entrevistado 03).

Ir para o caminho da mulher delicada condiz com as construções moderno-coloniais de diferenciação de mulher e homem, a partir de uma justificativa biológica, de identificação dos sexos. Só que associar o feminino à delicadeza reforça o pensamento social vigente da fragilidade desses corpos, o que traz a necessidade de reforçar que “gênero não é sexo, uma condição natural, e sim a representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo” (LAURETIS, 2019, p. 126). Ou seja, são as “relações sociais e, portanto, historicamente fundamentadas e culturalmente vinculadas” (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 39) que constituem os gêneros.

---

Está na definição do que é “de homem” e do que é “de mulher” a divisão social e hierárquica do modelo moderno-colonial. E a partir dessas distinções o corpo estabelece os controles, os limites, as fronteiras e as imposições de “quem é o quê” e de “quem faz o quê” num mesmo território. Quando se estabelecem essas divisões, torna-se ainda mais desafiador desvincular as percepções enraizadas sobre os gêneros, impedindo que haja um rompimento desses entendimentos pré-estabelecidos sobre o que é ser masculino ou feminino. E é por estarem tão enraizadas que “as questões de gênero não nos permitem, portanto, traçar limites sobre onde termina a natureza ou onde começa a cultura” (NASCIMENTO, 2021, p. 39), fazendo com que os entrevistados reforcem o que identificam ser o papel natural do homem ou da mulher na sociedade. Ou seja, o mesmo feminino que é identificado nos demais espaços sociais será reconhecido dentro do território-terreiro. São essas referências que ajudam a decodificar as mensagens que são transmitidas pelas pombagiras durante a performance, identificando-as como femininas.

## **O MACHISMO NOSSO DE CADA DIA**

“A construção do gênero também imputa esses papéis nos corpos a partir da genitália, e acredito piamente que isso não é o ideal. Não é o ideal que uma pessoa que nasceu com vagina tenha que ser subalterna, e também não é o ideal que uma pessoa que tenha nascido com pênis tenha poder sobre a outra pessoa que nasceu com vagina” (Entrevistado 02).

A compreensão sobre o controle dos sexos a partir da construção social, histórica e cultural dos gêneros parte de experiências que esse participante da pesquisa, em especial, teve ao confrontar-se com as regras da Casa de Umbanda que frequenta. E os limites vão além do que pode ou não para quem é homem ou mulher nesse território-terreiro, eles também alcançam e interferem nas performances ancestrais comunicadas pelo corpo incorporado pela pombagira. Esse local, assim como o dos demais, é regido por um sistema de regras que apontam desde o que pode ou não ser feito pelos corpos umbandistas durante a gira<sup>10</sup>, passando pela forma como devem se comportar e os objetos e elementos que podem usar naquele espaço. A percepção inicial é de que a forma como deve se apresentar no espaço-tempo social dialoga diretamente com a forma como deve se comportar no espaço-tempo ancestral (da entidade). E em todas essas questões é o feminino, em especial o corpo da mulher, o alvo dessas limitações.

---

<sup>10</sup> Gira é o nome dado aos eventos realizados nos territórios da Umbanda, onde ocorre o encontro e, consequentemente, o diálogo entre o corpo do umbandista e o corpo do ancestral (entidades, espíritos).

---

Entre essas regras que compõem o regimento organizativo do espaço, “tem um parágrafo que diz que a mulher tem que usar, por baixo da saia, uma anágua ou uma calça. E toda vez que a gente tem reunião se justifica que a mulher tem que estar vestida adequadamente para não atrair atenção” (Entrevistado 02). Sendo o corpo o alvo de olhares, o que se “expõe” e se “vê” precisa ser impedido. “Várias vezes eu ouvi em reunião: ‘vocês sabem como o homem é, homem olha mesmo’” (Entrevistado 02).

A partir da definição de como homem e mulher devem se apresentar em território-terreiro, novas regras são estabelecidas para o comportamento e o controle desses corpos, com critérios que diferenciam suas presenças e ainda limitam a forma como podem se comunicar naquele espaço. Um controle que atende apenas ao que se espera do olhar do homem sobre a mulher, o que leva a um entendimento de que, naquele espaço, “a subjetividade e a experiência feminina residem necessariamente numa relação específica com a sexualidade”. (LAURETIS, 2019, p. 142). A partir dessa regra, a mulher está diretamente associada ao que ela representa enquanto desejo sexual ao homem.

Só que essa vigília se estende às experiências comunicacionais da incorporação. Cinco dos entrevistados reconhecem que muitos territórios-terreiros de Umbanda não aceitam ou limitam a incorporação de pombagiras em homens. Há espaços onde são controlados os movimentos, os gestos ou os objetos que serão usados pela entidade durante a performance ancestral; assim como também há os que nem permitam a incorporação no corpo masculino, sendo uma experiência restrita apenas para as mulheres. “Por exemplo: essa casa que eu estava indo lá em Guarapari<sup>11</sup>, o chefe do terreiro não aceita que a incorporação possa ocorrer inversamente<sup>12</sup>” (Entrevistado 04). Algo parecido é relatado por outro participante da pesquisa: “Em todas as casas que eu frequentei, (...) a segunda (casa) aceitava (a pombagira) se manifestar (em homens), mas jamais ia aceitar saia. A primeira nem aceitava manifestar” (Entrevistado 07).

Nesses espaços, a pombagira só pode “existir” em corpos de mulheres. O controle do gênero ultrapassa os limites físicos e sociais e passam a assumir outras percepções de se relacionar com o mundo, com o visível impondo regras sobre o invisível. Para ser vista, a pombagira se limita a condição desse espaço-tempo linear, cumprindo com um papel

---

<sup>11</sup> Guarapari é um município litorâneo, localizado no Espírito Santo, dentro da Região Metropolitana da Grande Vitória.

<sup>12</sup> O inversamente a que se refere o entrevistado é em relação a homens incorporaram pombagiras, já que naquele espaço as mulheres podem incorporar marinheiros, por exemplo, identificados como entidades que se apresentam com movimentos e gestos classificados como masculinos.

direcionado somente às mulheres. Nesses espaços, não cabe ao homem apresentar movimentos, gestos, posturas e feições que a sociedade identifica como sendo femininos.

E esse controle ainda se manifesta de outras formas. Na Casa de Umbanda do Entrevistado 02, “nenhum homem que incorpora pombogira<sup>13</sup> tem autorização dessa pombogira trabalhar em pé; ela tem que incorporar e, logo em seguida, procurar um banco para sentar”. E assim, ao ser impedida de caminhar, rebolar, rodopiar ou dançar, a pombagira não pode apresentar os movimentos e gestos que a identificam como uma entidade que se comunica com elementos vistos e interpretados como femininos. Enquanto no território-terreiro frequentado pela Entrevistado 01, mesmo não havendo regras que interfiram na incorporação dessa entidade, “quem recebe pombagira é mulher ou as pessoas que são gays. Porque os médiuns que são homens héteros (heterossexuais), mesmo os que recebem, não dão passagem<sup>14</sup>, apenas falam que recebem”.

### **ASSUMIR O FEMININO (AINDA) NÃO É PARA TODOS**

Entre os oito participantes da pesquisa, quatro deles apontaram ter dificuldades em conseguir incorporar ou em manter a incorporação da pombagira. De alguma forma, eles compreendem que há dificuldades nessa comunicação sensível e sensorial, prejudicando o diálogo e interferindo no uso do corpo umbandista como mídia que comunica a presença da entidade. Dois deles nunca incorporaram, enquanto outros dois já passaram pela experiência, mas usam do controle que têm sobre o próprio corpo para impedir que a comunicação da pombagira aconteça novamente. Entre os quatro, três se classificam como homens heterossexuais e um se classifica como bissexual, sendo este casado com uma mulher, mantendo uma relação heterossexual há alguns anos.

Um desses participantes não sabe dizer o porquê de não haver incorporação dessa entidade ancestral em seu corpo umbandista. Ele sabe o nome da entidade, já teve um sonho em que estava incorporado por ela, já confirmou a sua proximidade por meio dos búzios, canta os pontos da pombagira nos encontros que realiza em sua casa e chega a reconhecer a aproximação dela. O habitual calor que o participante sente no corpo, sinal

---

<sup>13</sup> Pombogira ou pombagira, trata-se aqui da mesma entidade ancestral, havendo apenas diferença na pronúncia. Como esse entrevistado opta pelo termo pombogira, será mantida essa forma de escrita apenas em seus relatos.

<sup>14</sup> “Dar passagem” é um termo usado entre umbandistas para significar que foi dada a permissão para que a entidade possa incorporar e, assim, se manifestar no território-terreiro pelo corpo umbandista. Dessa forma, se é possível ou não “dar a passagem”, é possível ou não permitir que a entidade assuma o controle pela incorporação, o que reforça que o corpo umbandista pode, caso queira, interferir nessa relação com a entidade e, assim, assumir o controle do corpo ou até impedir a performance ancestral.



de que está se aproximando alguma entidade ancestral com intenções de incorporar, é mais brando quando é a pombagira quem busca essa conexão. Mas no caso dela há outro código que contribui para entender sua presença e que ajuda a diferenciá-la dos demais: “Eu me arrepio. Com os outros eu não me arrepio muito, é mais essa sensação de calor e a aproximação. (Com) ela eu já me arrepio” (Entrevistado 07).

É importante lembrar que, para se ter a confiança estabelecida entre corpo umbandista e entidade ancestral, leva-se tempo e entendimento de como essa entidade usará desse corpo para se comunicar. O processo envolve a identificação dos códigos apresentados para permitir que ocorra a incorporação; mas também é preciso passar pela entrega consciente desse corpo e permitir que ele seja usado por essa entidade. E, nesse caso, a experiência corpórea não existe. O que esse participante sabe nem do que ele vê nos corpos de outros homens que permitem a comunicação dessa entidade, em especial em corpos de homossexuais. Ele não conhece homens heterossexuais que tenham essa experiência, o que reforça outro entendimento: o entrevistado não traz consigo algum registro visual de como o corpo dele poderia se comportar, nem relatos de outros homens heterossexuais dizendo a ele de como seria essa relação. Todo o processo de entrega e aproximação com a pombagira, assim como toda a comunicação dialógica, sensível e sensorial partiria do zero e a partir de uma experiência completamente desconhecida.

Outro participante chegou a comunicar a performance ancestral de uma das três pombagiras que ele afirma ter proximidade, mas que aconteceu apenas uma vez. Essa relação começou em uma gira realizada na mata. “Ela chegou inesperadamente e eu não tive controle. Quando percebi ela estava ali. (...) Como se fosse o furacão” (Entrevistado 03). A sensação inicial foi de uma força da natureza, algo incontrolável, que soprou para longe qualquer interferência que pudesse impedir sua presença. Esse domínio favoreceu uma afeição que se mantém até hoje, mesmo com a incorporação ocorrendo apenas nesse dia, anos atrás, quando esse corpo umbandista ainda aprendia a reconhecer e identificar as entidades. E essa proximidade não ocorre apenas com ela: no território-terreiro que frequenta, outras duas pombagiras já tentaram se comunicar pelo corpo desse umbandista, sendo ambas proibidas. Suas presenças são limitadas a gestos simples: “elas vão chegar ali, vão tentar rebolar, com a mão na cintura, mas vai ficar aquela coisa sutil”.

O Entrevistado 03 é responsável por comandar as giras no território-terreiro que frequenta, e as entidades que o acompanham durante essa responsabilidade são o caboclo e o exu. Além disso, nesse território-terreiro as pombagiras devem se apresentar de forma

---

mais contida, não sendo permitido rir tão alto, por exemplo, assim como a saia não pode ser levantada. Há limites para esse corpo ancestral, que somados às responsabilidades assumidas pelo umbandista, criam barreiras para a comunicação das pombagiras.

A única vez que esse corpo foi territorializado por pombagira foi quando ele ainda estava no processo de descoberta dessa comunicação ancestral. As demais experiências vieram após ele assumir mais responsabilidades no território-terreiro, e sempre silenciadas. A sensação é de que não há permissão para que as pombagiras ganhem a confiança desse corpo umbandista e possam, ao lado do exu e do caboclo, assumir o comando das giras. Como se houvesse uma hierarquia estabelecida a partir de um sistema que determinasse o que cabe ao homem e o que cabe à mulher, o que é do masculino e o que é do feminino; ao invés de uma hierarquia determinada pelas relações sociais e comunicacionais, estabelecida pelo diálogo entre corpo umbandista e entidade ancestral.

Mas será que os movimentos e gestos femininos seriam os motivos para que os entrevistados proibam a performance da pombagira em seus corpos? “Acho que é algo da nossa cultura heterossexual. É como se eu tivesse, em alguns momentos, abrindo mão, perdendo o controle da minha masculinidade” (Entrevistado 08). Inicialmente, seu entendimento era de que a pombagira não queria vir. Mas aos poucos foi compreendendo que o motivo é outro: “Como se eu sentisse a energia vindo, igual todas as outras entidades, mas quando eu percebo que é algo diferente, a minha mente, ao invés de se afastar, automaticamente volta e toma conta do meu corpo dizendo: ‘Opa! Isso aqui não’”.

Ao negar essa experiência ele reforça “as relações sociais de gênero que constituem e validam a opressão sexual das mulheres” (LAURETIS, 2019, p. 137). Não se quer ver esse corpo, que é identificado como masculino e heterossexual, numa apresentação que o tornará visível, mesmo que momentaneamente, como sendo um corpo feminino. Não se quer sentir, muito menos dialogar, o que seria esse feminino; não se quer dar espaço nem reconhecer o feminino que também pode ser territorializado nesse corpo. E negar tudo isso “significa permanecer ‘dentro da ideologia’, de uma ideologia que não coincidentemente, embora não intencionalmente, reverte em benefício do sujeito do gênero masculino” (p. 137). Ou seja, só se nega a pombagira para não deixar de ser homem, ou pelo menos não deixar de ser visto como homem heterossexual: “a minha mente ainda tem um pouco de insegurança, como se fosse algo passível de zoação, ou algo que desse uma insegurança de imagem” (Entrevistado 08).

---

Se para esse entrevistado enxergar o próprio corpo com movimentos femininos é o que faz com que ele bloqueie a comunicação da pombagira; para outro, o bloqueio vem ao imaginar o que as pessoas vão ver, pensar e falar sobre ele quando estiver incorporado. Seu receio é que a entidade ancestral se apresente de uma forma que ele fique muito exposto, numa performance ancestral que o faça “ficar muito feminino e as pessoas comecem a comentar demais” (Entrevistado 06). Sua experiência de incorporação com a pombagira só aconteceu uma vez. Na memória, ficou registrada a lembrança de “que ela apoia a mão na cintura, com o punho fechado, e (com) o outro ela puxa a blusa como se segurasse uma saia, (...) como se estivesse dançando”. Um jeito que ele identifica como “muito feminino, com a mãozinha para trás e o peito estufado, balançando o ombro”.

Essa representação do feminino é exatamente o que faz com ele tenha medo. Sua formação religiosa construiu uma imagem que ainda está presa à própria percepção de como as pessoas enxergam a pombagira. Sempre lhe disseram que essa entidade ancestral “era um demônio, que fazia as pessoas virar viado” (Entrevistado 06). Uma imagem que ecoa e soma interferências quando associadas às memórias da infância, em especial ao pai: “eu sempre tive essa questão de (ter medo de) me expor, ao ponto das pessoas me perceberem do jeito mais feminino. E foi algo que meu pai sempre puxou o meu pé”.

Este participante se identifica como um homem bissexual. É casado e vive uma relação com a esposa desde os 18 anos, mas por um determinado período estiveram separados, e foi quando se relacionou com homens, sem esconder de ninguém. Sua sexualidade foi compreendida quando adolescente, antes de conhecer a esposa, mas a experiência sexual com homens veio na vida adulta. Já seu entendimento de gênero foi construído a partir de cobranças e impedimentos, separando o que ele deve fazer do que ele não pode fazer. Inicialmente, eram os pais que lhe exigiam “ser mais másculo, como um homem tradicional” (Entrevistado 06). Atualmente, quem reforça essas lembranças e alimenta a cobrança interna é a esposa, que deseja “uma postura de homem, a postura que meu pai geralmente me exigia, ou que minha mãe sempre teve vontade que eu fosse”.

É a partir do que ele entende ser essa postura mais masculina que a presença da pombagira é evitada. “Sabe aquela história do preconceito? ‘Vai vir a pombagira, mas vai vir ele, da forma que ele quer’”. Esse pensamento é o que lhe mantém há anos sem poder expressar nada de feminino em seu próprio corpo, e que ainda ajuda o entrevistado a compreender que precisa “curar alguma coisa” para retomar a relação com a pombagira:

---

Eu gostava de me vestir de mulher quando criança, escondido. Aí eu fui descoberto. Eu estava usando o sapato da minha mãe, e apanhei demais. Eu acabei escondendo tudo isso. Hoje eu me questiono: como eu lidava de forma tão natural, de me vestir, de me portar, de ficar encenando como uma mulher, falando (como uma mulher), de passar batom, e hoje eu não consigo? (Entrevistado 06).

Como já apontado, a percepção de gênero é construída não apenas a partir do próprio corpo, mas principalmente a partir das relações que são estabelecidas por esse corpo em contato com outros corpos. A definição do gênero, assim como sua construção, passa por uma experiência social e cultural, historicamente desenvolvida e estabelecida como um sistema de controle e de poder sobre esses corpos. É esse mesmo sistema que coordena, comanda e ensina como cada corpo deve se comportar e se enquadrar de acordo com o seu sexo e associado ao gênero que lhe é direcionado a partir desse sexo. E assim como se não podia usar os objetos da mãe, quando criança; este corpo, agora adulto, não se permite experimentar a performance da pombagira. É proibido!

### **SUBVERTENDO A ORDEM PELO SENSÍVEL**

Esse modo de construir e definir as regras que devem ser cumpridas por todos faz parte de um controle superior, que já dita o modelo a ser seguido por séculos e impõe socialmente, historicamente e culturalmente como esses corpos devem se comportar, independente do espaço em que estejam, com quem se relacionem e das territorialidades que os atravessam. A forma como esses corpos passam a ser controlados dentro do espaço umbandista, a partir das suas relações sociais e, também, das suas relações sensoriais e sensíveis com as entidades que se apresentam com movimentos e gestos femininos, tanto a partir das regras do local quanto a partir das “regras” do próprio umbandista, mantém em funcionamento o sistema moderno-colonial de controle dos sexos e dos gêneros.

A partir dos relatos acima apresentados, compreende-se que para sentir essa comunicação e permitir a incorporação da pombagira, é necessário se distanciar das próprias compreensões de gênero e sexo, desconstruindo os significados sobre o que vem a ser masculino e feminino ao mesmo tempo em que compreende que esse corpo também é espaço de aprendizado e de conhecimento, um “lugar de sabedoria” (MARTINS, 2003, p. 76). Se é o sistema sexo/gênero quem determina as funções dos corpos, a possibilidade de mudança pode estar na liberdade apresentada pelas pombagiras, subvertendo essa ordem e se distanciando dessa sociedade onde o patriarcado controla as relações sociais.

---

Esse entendimento está presente nos relatos dos entrevistados que incorporam as pombagiras, ao apontarem o que sentem e entendem da manifestação dessas entidades.

Com a pombagira vem, também, essa sensação de poder, só que é diferente. É mais como ‘eu sou livre’, como se pudesse fazer o que eu quiser. E ela fica: ‘Eu sou a dona daqui. Quem manda aqui sou eu’ (Entrevistado 01).

Eu vou usar uma palavra super clichê, mas eu sinto empoderamento. (...) O que ressoa muito pra mim é esse lugar de uma mulher que se banca. E uma mulher que se banca, enquanto sujeita, na nossa sociedade, não é qualquer coisa, não é um poder corriqueiro (Entrevistado 02).

O que me firmou com a entidade foi justamente ter acesso a essa imagem da porta do bordel, e me vem muito uma mulher sensual. (...) Mas não um sensual erótico, depravado, dessa coisa da imagem da prostituição que a gente tem. Mas uma coisa muito íntima, uma sensação muito íntima. É sensual não porque é erótico, mas é sensual porque é belo (Entrevistado 05).

Para eles a pombagira é uma entidade que se sente livre, com autoconfiança suficiente para comunicar pelo corpo umbandista o quanto ela é sensual e o quanto essa sensualidade é algo que ela valoriza e se identifica; assim como reforça a beleza que ela quer comunicar, representada por suas vestes e adereços e por sua potência em conseguir manifestar tudo isso durante a performance ancestral. Uma autoconfiança que vem dessa liberdade diante de um sistema que a aprisionava dentro de concepções limitadoras de sexo e gênero, subvertendo essa ideia ultrapassada do que pode ou não o corpo feminino.

Mesmo sem vê-las, sem enxergar quem são essas pombagiras, é por meio dos outros sentidos e com a ajuda do sensível que está territorializado em seus corpos que esses entrevistados conseguem “enxergar” os gêneros e os sexos. A sensibilidade, nesse caso, é ainda mais predominante e também é o que os orienta para a interpretação da mensagem de que esse corpo feminino é sensual, mas um sensual que é acompanhado de liberdade, beleza, poder e autoconfiança. Ao ponto de visualizar seus corpos como se estivessem “muito bem, muito poderosa e muito elegante” (Entrevistado 01), e com uma sensação “de ler e interpretar o meu corpo com mais leveza” (Entrevistado 05). Não é mais a posição da mão ou do quadril que lhe interessam, mas as sensações internas que lhes invadem e ocupam com sentimentos de conforto, de confiança e de amor próprio.

E essa percepção do que vem a ser a pombagira, assim como o entendimento do que essa entidade ancestral deseja comunicar, será interpretada de acordo com as experiências que o próprio corpo umbandista traz consigo. Quando esse corpo se aproxima da “emergência do patriarcado como uma forma de organização social na

história ocidental” (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 46) ele reforça o entendimento de que essa emergência “é uma função da diferenciação entre os corpos masculinos e femininos, uma diferença enraizada no visual” (p. 46). Mas quando esse corpo traz outro entendimento, percebe-se que a diferença entre masculino e feminino “não pode ser reduzida à biologia e que deve ser entendida como sendo constituída dentro de realidades históricas e sociais particulares” (p. 46), trazendo referências pessoais que condizem às subjetividades de cada corpo e contribuem ao entendimento desse feminino comunicado pelas pombagiras.

Só que essa sensação é restrita ao sensível, compreendida apenas por quem sente a incorporação. Para os demais, é a visão que determina e identifica o que há de masculino ou de feminino na apresentação da entidade; e, automaticamente, é a partir do que se vê que é decidido o que pode ou não pode ser comunicado durante a incorporação. Mas há um relato, compartilhado pelo Entrevistado 02, que ajuda a ampliar essa percepção. Para ele, se cabe à pombagira escolher a forma como vai se apresentar, esta será a mais subversiva possível. É como se a entidade viesse exatamente para expor e, assim, expulsar, por meio dos rodopios de suas saias, um pouco desse controle sobre os sexos e os gêneros, extrapolando sentidos e apresentando outras sensações possíveis ao corpo.

Cabe lembrar que esse entrevistado tem as incorporações das pombagiras limitadas a ficarem sentadas num banco de madeira. Situação que elas sabem lidar muito bem: “Mais recente, de uns meses para cá, eu tenho visto um movimento delas se levantarem desse banquinho e irem pra frente do atabaque e dançar” (Entrevistado 02). E essa mudança veio da confiança do território-terreiro, já que “foram gerando um público dependente do atendimento delas”. Ao se tornarem relevantes, subverteu-se o que limitava a presença delas: é desse banco que elas começam a puxar os próprios pontos cantados, até se levantarem e irem rodopiar e dançar. É a partir desse banco que elas ficam de pé, visíveis, audíveis, tocáveis, perceptíveis e completas, para que todos e todas possam senti-las para além da visão. Uma provocação? Um protesto? “Eu leio como estratégia. Elas estão estrategicamente dando uma banana pro regimento da casa”.

## CONCLUSÃO

Diante dessas experiências, entre os que incorporam e os que não incorporam ou bloqueiam a manifestação da pombagira, entende-se que esse feminino comunicado na performance dessa entidade ancestral passa por todos os sentidos, mesmo que a visão ainda seja a que domina e, conseqüentemente, controla a forma como essas experiências

serão ou não vivenciadas. A partir da incorporação, os repertórios apresentados ao corpo umbandista do que vem a ser esse feminino contribuem para uma interpretação mais sensível e subjetiva, rompendo com a classificação padronizada de um sistema moderno-colonial limitador de sexo e gênero. E esse rompimento pode ir além:

Às vezes eu penso: será que alguma entidade minha, que se apresentou com o sexo masculino, não sou eu que estou falando que é masculino? Será que talvez o caboclo, que eu digo que é de Nanã, não seja uma cabocla? Será que o preto velho não é uma preta velha? (Entrevistado 01).

Será? O primeiro passo está dado: questionar.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, L. S.; DRAVET, F. M. Antropofagia e estética corporal na cultura brasileira: dos cultos às performances afro-indígenas-brasileiras. In: **Umbanda, Cultura e Comunicação: olhares e encruzilhadas**. Org.: CAMARGO, H. W. Curitiba: Syntagma Editores, 2019.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Org.: HOLLANDA, H. B. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-155.

MARTINS, L. **Performance da oralitura: corpo, lugar da memória**. Santa Maria: Revista Língua e Literatura, 2003, n. 26, p. 63-81.

NASCIMENTO, L. C. P. **Transfeminismo**. Feminismos Plurais: RIBEIRO, Djamila (coord.). São Paulo: Jandaíra, 2021.

OYĚWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

RUFINO, L. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SODRÉ, M. **Cultura, corpo e afeto**. Salvador: Dança - Revista do Programa de Pós-Graduação em Dança da UFBA, jan/jul 2014, v. 3, n. 4, p. 11-20. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistadanca/article/view/13161>>. Acesso em: mar. 2023.